

O pedido está patente para consulta, dentro das horas de expediente, na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras da Direção-Geral de Energia e Geologia, sita na Av.ª 5 de Outubro, 87-5.º Andar, 1069-039 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidas as reclamações. O presente aviso e planta de localização estão também disponíveis na página eletrónica desta Direção-Geral.

20 de junho de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro Henriques Gomes Cabral*.

307908147

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 1816/2014

Considerando que:

Em 1 de julho de 2012 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, que aprovou a Lei Orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., tendo os seus estatutos sido aprovados pela Portaria n.º 353/2012, de 1 de outubro, e ainda criadas as unidades flexíveis pela deliberação n.º 287/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 1 de fevereiro, e pela deliberação n.º 1122/2013, alterada pela deliberação n.º 1124/2013, ambas publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 21 de maio;

A Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, estabelece que o exercício de cargos dirigentes pode ser exercido, em regime de substituição, nos casos de vacatura de lugar;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ambas na sua redação atual, o Conselho Diretivo deliberou, por unanimidade, nomear, no cargo de Diretora do Departamento de Gestão e Produção Florestal, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço e com efeitos reportados a 01 de agosto de 2014, a Eng.ª Maria da Conceição Laires Cortes Figueiredo Ferreira, técnica superior do mapa de pessoal do ICNF, I. P., a qual reúne os requisitos legais e é detentora de aptidão técnica para o exercício de funções de direção e de coordenação.

17 de setembro de 2014. — O Vogal do Conselho Diretivo, *João Rosa*.

Nota curricular

Departamento de Gestão e Produção Florestal

Nome: Maria da Conceição Laires Cortes Figueiredo Ferreira

Data de nascimento: 8 dezembro 1958

Habilitações académicas:

Licenciatura em Silvicultura, opção Gestão dos Recursos Naturais, Instituto Superior de Agronomia, janeiro de 1985.

Atividade profissional:

De 20 novembro 2012 até à data — Chefe de Divisão de Gestão florestal, do ICNF, I. P., em regime de substituição;

De 1 setembro a 19 novembro 2012 — Chefe de Divisão para a Intervenção Florestal, da Ex- Autoridade Florestal Nacional, em substituição;

Novembro 2007 a setembro 2012 — técnica superior da ex-Autoridade Florestal Nacional (na área do planeamento florestal e relações internacionais);

Março de 2007 a 15 novembro de 2007 — Diretora de Serviços de Planeamento, Organização e Informação Florestal da ex-AFN, em substituição;

Junho de 2004 a fevereiro de 2007 — Diretora de Serviços de Estratégia e Política Florestal, da ex-Direção Geral dos Recursos Florestais, em comissão de serviço. Membro do Conselho Administrativo da DGRF (2004-2005);

Maio de 1997 a maio de 2004 — Chefe de Divisão de Relações Internacionais, da ex-Direção Geral das Florestas, em comissão de serviço;

Dezembro de 1989 a 1 maio 1997 — Técnica superior da ex-Direção Geral das Florestas e ex-instituto Florestal (nas áreas de planeamento florestal e de defesa da floresta contra incêndios);

Março de 1985 a novembro de 1989 — Tarefa e bolsa de ex-JNICT (bolsa de especialização técnica), em projetos de investigação

na área do desenvolvimento de modelos de crescimento e produção de espécies florestais, no Departamento de Engenharia Florestal do Instituto Superior de Agronomia.

Experiência profissional relevante

No âmbito das funções e cargos dirigentes exercidos na Administração Pública, desenvolveu atividades nas áreas de: planeamento e gestão florestal, acompanhando estratégias, programas e planos de âmbito florestal; interação de outras políticas sectoriais com a política florestal, com especial ênfase para o ordenamento do território, as alterações climáticas, a energia e o desenvolvimento rural; instrumentos de apoio ao setor florestal, nomeadamente como coordenadora de grupo interno da ex-DGRF para a preparação do Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Agrícola e Rural e do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente 2007-2013; inventário florestal; assuntos Internacionais relacionados com o setor florestal; incêndios florestais e modelos de produção.

Foi nomeada para representar os serviços e o país em órgãos de governo de organizações internacionais de cariz florestal, chefiando ou integrando a delegação nacional a numerosas reuniões internacionais e comunitárias, incluindo nas presidências portuguesas da UE de 2000 e 2007; foi designada para vários grupos de trabalho e júris de concursos e participou como oradora e moderadora em seminários e conferências, a nível nacional e internacional. Desempenhou cargos, por eleição, em órgãos de organizações internacionais: Presidente e Vice-presidente da Comissão Europeia das Florestas da FAO (de outubro 2004 a outubro de 2011), Vice-presidente do Comité Florestal da FAO (2009-2010) e Vice-presidente do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (2002-2003).

Formação complementar relevante

Ação de formação sobre “Novo Modelo de Avaliação do Desempenho dos Funcionários Públicos”

Curso “Da formulação à implementação da estratégia”

208105892

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Despacho n.º 12001/2014

1 — Considerando a proposta do Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Ave — Famalicão e o parecer favorável do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., autorizo o exercício de funções médicas pela aposentada Maria Isabel Robalo Cruz Espinho Pereira da Silva, nos termos e para os efeitos do estatuído no Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, em particular, nos artigos 4.º, 5.º e nos números 4 e seguintes do artigo 6.º.

2 — O presente despacho produz efeitos a 01 de agosto de 2014.

19 de setembro de 2014. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

208108151

Despacho n.º 12002/2014

1 — Considerando a proposta do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E., e o parecer favorável do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., autorizo o exercício de funções médicas pela aposentada Arandina Maria Abrantes Loureiro, nos termos e para os efeitos do estatuído no Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, em particular, nos artigos 4.º, 5.º e nos números 4 e seguintes do artigo 6.º

2 — O presente despacho produz efeitos a 01 de fevereiro de 2014.

19 de setembro de 2014. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

208107577

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

Aviso n.º 10831/2014

Faz-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, IP, datada de 10 de setembro de 2014, foram nomeados os júris da especialidade de Imuno-hemoterapia, no âmbito do Procedimento concursal nacional de habilitação ao grau

de consultor da carreira médica, aberto pelo aviso n.º 9295-A/2012, publicado no *Diário da República* (2.ª série), n.º 130, de 6 de julho:

Júri n.º 1 de Imuno-hemoterapia — ARS Alentejo e ARS Lisboa e Vale do Tejo

Presidente:

Dr. Álvaro Beleza Vasconcelos — Assistente Graduado Sênior — Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE

Vogais efetivos:

1.º Vogal — Dra. Deonilde Silva Rodrigues do Espírito Santo — Assistente Graduado Sênior — Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE (*substitui o Presidente em caso de falta ou impedimento*);

2.º Vogal — Dr. António Robalo Nunes — Assistente Graduado — Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE

Vogais suplentes:

1.º Vogal — Dra. Maria João Diniz — Assistente Graduado Sênior — Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE

2.º Vogal — Dr. Manuel Shirley Matos Chaves — Assistente Graduado — Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, EPE

Júri n.º 2 de Imuno-hemoterapia — ARS Centro e ARS Norte

Presidente:

Dra. Maria Graça Beça Gonçalves Porto — Assistente Graduado Sênior — Centro Hospitalar do Porto, E. P.E

Vogais efetivos:

1.º Vogal — Dra. Margarida Maria Machado Veloso Gomes Amil Dias — Assistente Graduado Sênior — Centro Hospitalar do Porto, E. P. E (*substitui a Presidente em caso de falta ou impedimento*);

2.º Vogal — Dra. Maria Luísa Pais — Assistente Graduado Sênior — Instituto Português do Sangue e da Transplantação,

Vogais suplentes:

1.º Vogal — Dr. Miguel Leal Galvão — Assistente Graduado Sênior — Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE

2.º Vogal — Dra. Sara Maria Teixeira Simões Morais — Assistente Graduado — Centro Hospitalar do Porto, E. P.E

Júri n.º 3 de Imuno-hemoterapia — ARS Norte

Presidente:

Dr. Manuel José Mendonça de Figueiredo — Assistente Graduado Sênior — Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE

Vogais efetivos:

1.º Vogal — Dra. Luciana Baêre de Faria Ricca Gonçalves — Assistente Graduado — Centro Hospitalar S. João, EPE (*substitui o Presidente em caso de falta ou impedimento*);

2.º Vogal — Dra. Maria Helena Alves — Assistente Graduado Sênior — INSA — Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

Vogais suplentes:

1.º Vogal — Prof. Dr. Fernando Araújo — Assistente Graduado — Centro Hospitalar São João, EPE

2.º Vogal — Dra. Maria João Vaz da Costa Milheiro de Lacerda Tinoco — Assistente Graduado — Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE.

15 de setembro de 2014. — A Coordenadora da Unidade de Apoio à Gestão, *Celeste Terêncio da Silva*.

208108062

Aviso n.º 10832/2014

Em aditamento ao Aviso n.º 9927/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170, de 4 de setembro, através do qual foi divulgada a constituição dos 7 júris da área profissional de Ortopedia, não foi, por lapso, indicada a data para a realização do sorteio público previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º da Portaria n.º 217/2011, de 31 de maio.

Assim:

Existindo 3 júris com candidatos da ARS Norte, a sua distribuição será efetuada por sorteio público, a realizar nas instalações da Administração Central do Sistema de Saúde, IP, sita na Avenida João Crisóstomo, n.º 14, 1000-177 Lisboa, r/c, sala 6, às 15h00, no 5.º dia útil após a publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

ARS LVT e ARS Algarve — 1 júri
ARS LVT e ARS Alentejo — 1 júri
ARS LVT, RA Açores e RA Madeira — 1 júri
ARS Centro — 1 júri
ARS Norte — 3 júris

17 de setembro de 2014. — A Coordenadora da Unidade de Apoio à Gestão, *Celeste Terêncio da Silva*.

208107836

Declaração de retificação n.º 983/2014

Faz-se público que, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 20.º da Portaria n.º 217/2011, de 31 de maio, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de habilitação ao grau de consultor, aberto pelo aviso n.º 9295-A/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, suplemento, n.º 130, de 6 de julho de 2012, por despacho do vice-presidente do conselho diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., de 9 de setembro de 2014, foi autorizada a retificação do aviso n.º 8658/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 144, de 29 de julho de 2014, relativo à publicação da lista de classificação final do júri único de cirurgia pediátrica, nos termos a seguir propostos:

Onde se lê «aberto pelo aviso n.º 9295-A/2005» deve ler-se «aberto pelo aviso n.º 9295-A/2012».

15 de setembro de 2014. — A Coordenadora da Unidade de Apoio à Gestão, *Celeste Terêncio da Silva*.

208108224

Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P.

Aviso (extrato) n.º 10833/2014

Procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhadores Médicos com vista à celebração de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, e preenchimento de 3 postos de trabalho.

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º-C do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de janeiro, aditado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, torna-se público que, por Deliberação do Conselho Diretivo desta Administração Regional de Saúde, de 3 de setembro de 2014, em cumprimento do ponto 2. do Despacho n.º 9737-A/2014, de Sua Exa. o Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, em substituição da Ministra de Estado e das Finanças e de Sua Exa. o Sr. Secretário de Estado da Saúde, publicado no *Diário da República* — Parte C, 2.ª série, n.º 143, de 28 de julho, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicitação do presente aviso no *Diário da República*, tendo em vista o preenchimento de 3 postos de trabalho previsto e não ocupados no Centro Hospitalar do Algarve, EPE, para a categoria de assistente da carreira médica, da área de Otorrinolaringologia, cuja modalidade de vinculação é titulada por contrato individual de trabalho por tempo indeterminado.

1 — Identificação e caracterização do posto de trabalho e atividades a cumprir:

Ao(s) posto(s) de trabalho cuja ocupação aqui se pretende, corresponde o conteúdo funcional estabelecido no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 176/2009, de 4 de agosto, conjugado com os artigos 7.º-A, daquele diploma legal, aditado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro.

2 — Local de trabalho:

As funções serão exercidas nas instalações do Centro Hospitalar do Algarve, E. P. E., com sede na Rua Leão Penedo, 8000-386 Faro, podendo o exercício das respetivas atividades ser desenvolvido em qualquer uma das unidades que integram o Centro Hospitalar, bem como em outras instituições com as quais o mesmo tenha de articular a prestação de cuidados médicos.

3 — Legislação aplicável:

O presente concurso rege-se pelas disposições contidas no Decreto-Lei n.º 176/2009, de 4 de agosto e Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro e pelas disposições da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e no âmbito do Código de Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro e em Instrumento de regulamentação coletiva de trabalho publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 41, de 8/11/2009 e n.º 48, de 29.12.2011.

4 — Posição remuneratória:

A remuneração base mensal ilíquida a atribuir corresponde à remuneração de ingresso na categoria de assistente para os trabalhadores com